

O cataclisma não aconteceu

"Eu estava de férias em agosto de 1982 quando fui chamado de volta a Nova Iorque com o aviso de que 'os mexicanos estão com problemas'", conta William Rhodes, vice-presidente do Citibank e presidente do comitê dos bancos credores, em artigo publicado na edição mais recente da revista *The Economist*. "Pensei: temos que assumir que a crise é administrável. Segundo: estávamos entrando em águas desconhecidas. Problemas de dívidas não eram novos. Mas não tínhamos fórmula para lidar com uma crise deste tamanho". Dez anos depois, o mundo descobre, aliviado, que o sistema financeiro internacional não quebrou, conclui Rhodes, ao recordar o pessimismo reinante na reunião conjunta do FMI e do Banco Mundial em Toronto, em 1982. A historieta mais corriqueira na época, lembra, era a de que os esforços para conter a crise equivaliam a "rearrumar as cadeiras no convés do Titanic".

De fato, havia o risco de que alguns dos bancos importantes sofressem um baque forte, detonando uma reação em cadeia que teria sobre o sistema financeiro internacional o efeito de um terremoto. No entanto, nada disso aconteceu: os bancos armaram um vasto esquema de intervenção para conter a propagação da crise, e repuseram capital e reservas. O economista Paulo Nogueira Batista Jr., que cuidou da dívida na gestão do ex-ministro Dilson Fuharo, no entanto, contesta a tese de Rhodes, para quem as partes envolvidas (bancos, devedores e governos) passaram a trabalhar por um objetivo comum.

Ônus — "Os países devedores acabaram absorvendo grande parte do ônus da crise através de estagnação e hiperinflação", lamenta Batista, que critica a postura passiva assumida então pelos governos dos devedores e destaca que o preço foi alto: o custo de vida enlouqueceu na Argentina, os mexicanos sofreram uma recessão brutal e o Brasil mergulhou numa

crise fiscal da qual não saiu até hoje. Prova do aperto, para Rhodes, é que a partir de 87, as moratórias se generalizaram até o Plano Brady, em 1989, que inaugura o princípio de que deve haver uma redução na dívida.

Em seu artigo, Rhodes aponta que os países da América Latina puderam implementar ajustes estruturais tais como liberalização do comércio, privatização, desregulamentação e reforma fiscais — reflexo do anúncio do plano do então secretário de Estado

James Baker para a dívida mundial, em outubro de 1985, em Seul, que enfatizava a necessidade de reformas estruturais em troca de novos empréstimos por parte dos bancos comerciais.

Uma década depois, o cataclisma anunciado não se concretizou: o princípio da redução da dívida é aceito — como é o caso no acordo que o Brasil está para firmar com os credores. Embora o processo de ajustes estruturais continue a exigir sacrifícios enormes numa conjuntura de recessão mundial, o sistema financeiro voltou a níveis normais, com taxas de juros baixas e maior expansão da liquidez em dólar.



Bill Rhodes